



ESTADÃO

Reformas devem ficar em segundo plano

Temor da equipe econômica do governo é de que a retomada do crescimento econômico, ainda frágil e incipiente, seja interrompida

Adriana Fernandes e Idiana Tomazelli, O Estado de S.Paulo
18 Maio 2017 | 05h00

BRASÍLIA - Embora não tenha havido nenhum posicionamento oficial, a área econômica do governo já discute cenários sobre o impacto na economia da revelação de que o presidente Michel Temer teria dado o aval para comprar o silêncio do ex-deputado Eduardo Cunha (PMDB-RJ) nas investigações da Lava Jato.

As acusações podem interromper as negociações para a aprovação das duas principais reformas econômicas em tramitação no Congresso: a da Previdência e a trabalhista. Há o temor de que o processo de retomada do crescimento do País, que começou no primeiro trimestre, seja interrompido ainda em sua fase inicial.



Após a divulgação da notícia, Meirelles se reuniu com Temer no Planalto; o ministro foi presidente do conselho da J&F
Foto: Dida Sampaio/ESTADÃO

Após a divulgação da notícia da delação de Joesley Batista, um dos donos da JBS, o ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, foi ao Palácio do Planalto para uma reunião com o presidente. Meirelles já tinha cancelado antes todos os compromissos que teria à tarde, depois de participar da 20.^a Marcha dos Prefeitos. O ministro foi presidente do conselho de administração da J&F, holding controladora da JBS.



Digite seu e-mail

ASSINAR

Entre assessores da área econômica do governo, a notícia revelada pelo jornal *O Globo* é descrita como “bomba total”. Um integrante da equipe, porém, disse que vê as acusações com “preocupação, mas não com desespero”, e que o governo vai discutir com parlamentares como será o encaminhamento das reformas.

Para o cientista político e presidente da consultoria Arko Advice, Murillo de Aragão, a acusação contra o presidente é séria e gera um impasse para o avanço das reformas. “Aumenta a importância do Meirelles e do presidente do BC, Ilan Goldfajn, na condução da economia”, disse Aragão, ressaltando que, mais importante do que os nomes dos expoentes da economia, é a direção da política econômica, que precisa ser mantida. Ele ponderou que, “no mínimo”, o governo ficou paralisado pela denúncia. “Tem de se organizar para saber se continua ou se acaba”, afirmou.

O economista Paulo Tafner, especialista em Previdência, avaliou que é preciso apurar os fatos, mas reconheceu que as acusações são graves e podem trazer problemas de governabilidade a Temer, justamente em momento de fragilidade econômica. “Sem governabilidade, não há reformas”, avaliou. “Estamos à beira do precipício.”

Com os holofotes voltados para a crise, a Câmara vai se ocupar com o pedido de impeachment de Temer, que já foi protocolado pela oposição. Para negociadores das reformas ouvidos pelo *Estadão/Broadcast*, haverá “pouco tempo e energia para pensar em uma coisa tão prosaica quanto uma reforma da Previdência”, principalmente se a Câmara precisar eleger o próximo presidente da República de forma indireta.

NOTÍCIAS RELACIONADAS

- [Temer deu aval à compra de silêncio de Cunha, diz jornal](#)
- [Temer nega pedido de pagamentos para comprar silêncio de Cunha](#)
- [Veja o que pode acontecer com o governo agora](#)
- [Cunha sempre deixou Planalto em alerta](#)

Mais conteúdo sobre:

Joesley Batista

Previdência Social

BRASÍLIA

Eduardo Cunha

Michel Temer

JBS

Henrique Meirelles

Palácio do Planalto

Ilan Goldfajn

Encontrou algum erro? [Entre em contato](#)

SIGA O ESTADÃO

